



Mediações e trabalho nos novos modelos de jornalismo Uma análise na perspectiva da EPC

Carine Felkl Prevedello¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: As reconfigurações apresentadas pela Internet como adaptação das Indústrias Culturais à nova fase do capitalismo indicam rupturas com os modelos de rotinas produtivas adotadas no Jornalismo. A partir da perspectiva da Economia Política da Comunicação (EPC), entendendo movimentos como o Jornalismo Independente e o midiativismo como mediações surgidas com a Digitalização, o artigo propõe uma discussão teórica sobre as alterações provocadas pelas tecnologias digitais como suporte para a Informação e para o trabalho dos jornalistas, procurando apontar perspectivas neste cenário.

Palavras-chave: jornalismo; trabalho; rotinas produtivas; digitalização; capitalismo.

1. Internet como reorganização produtiva do capitalismo

Os sentidos da Totalidade, da Historicidade e da Contradição, considerando a teoria marxiana (LEFEBVRE, 1991; MARX, 1988), apresentam uma perspectiva de contextualização dos objetos da Economia Política da Comunicação (EPC) relacionada à complexidade das forças em disputa e, por consequência, das possibilidades de transformação social. As dimensões do poder, das submissões e imposições conjunturais, da subalternidade e da hegemonia, dentro de um campo situado, no Brasil, pela predominância do padrão comercial na mídia, encontram-se hoje, com a reorganização do sistema produtivo da Comunicação a partir das novas tecnologias, desestabilizadas por brechas relacionadas às distorções do modelo clássico de produção, distribuição e

¹ Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). E-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br

consumo da Informação. Identificar o quanto essa margem tem de efetivo horizonte para uma recomposição das relações de força associadas à Comunicação como forma mercadoria, na lógica marxiana que a EPC atribui aos fenômenos da mídia, passa por debates sobre a propriedade e controle das plataformas e fluxos da Internet nesta crise ou reconfiguração do capitalismo.

A rede mundial que conecta pessoas, organizações, relações e processos, deve ser reconhecida como um desdobramento, resultado da evolução da Comunicação na reestruturação produtiva do capitalismo (BOLAÑO, 2002), a partir das últimas décadas do século XX, momento histórico que Brittos (1998) associa à Fase da Multiplicidade da Oferta. Marcada pela segmentação das produções e da audiência, e pelo avanço das privatizações no segmento das telecomunicações, no Brasil este período conjuga o surgimento da Lei da TV a Cabo e o início das negociações para a escolha de um padrão técnico para a TV Digital aberta. A sequência de movimentos que complexificam o desenvolvimento e sofisticação da internet a partir da exploração pelos conglomerados transnacionais (Microsoft, Apple, Amazon) leva a uma análise conjuntural que reduz o impacto ou a referência de teses como as de Castells (1999), Jenkins (2008), ou mesmo Lévy (1993). O conceito de "rede" como adaptação da Comunicação a um novo ciclo expansivo do capitalismo, traz, para além da atualização dos jogos de forças e do surgimento de novos núcleos de acumulação e distribuição das riquezas sociais, alterações importantes nos modelos clássicos das Indústrias Culturais. Desacomodações sobre o próprio lugar de perito (BOURDIEU, 1998) dos jornalistas sobre o discurso noticioso, e dos polos de emissão de mensagens, como os fenômenos dos *proconsumers* (RAMONET, 2012), já provocaram e seguem provocando fissuras.

O domínio do sistema dos algoritmos sobre todas as áreas do cotidiano e da convivência social é provavelmente uma das consequências mais radicais da adaptação dos conteúdos informativos na era das plataformas digitais. McLuhan (1969), apesar de amplamente criticado pela visão tecno-determinista, antecipou de forma visionária o cenário atual, em relação à circulação global de informações e do discurso das lutas identitárias, ainda que, evidentemente, não tenha abordado os contornos da subsunção do traba-

lho intelectual (MARX, 2004; FIGUEIREDO, 2019) vinculado a esse setor da Economia e da Cultura, ao capital.

Esse movimento, que começa na Primeira Revolução Industrial com a substituição de trabalho vivo pela maquinaria, prossegue na Segunda Revolução Industrial com o surgimento das primeiras máquinas usadas para construir outras máquinas, e ganha os contornos atuais na Terceira Revolução Industrial com a separação entre hardware e software. (FIGUEIREDO, 2019, p.165)

Entretanto, com a crise dos antigos modelos de negócio associados ao Jornalismo, baseados no financiamento publicitário e na produção de conteúdo em massa, algumas organizações sociais, ainda que subordinadas à imposição do controle dos conglomerados transnacionais de Comunicação, vem propondo uma reconfiguração do trabalho no Jornalismo. É importante perceber que o conceito marxiano de trabalho, baseado na condição assalariada, na compra e venda da força do(a) trabalhador(a), em um sistema que não vislumbra possibilidade de superação da exploração, parece, em certa medida, desafiado nos novos processos de produção das Indústrias Culturais digitais, ainda que o contexto atual esteja muito mais relacionado à precarização do que à emancipação.

Novos modelos de produção de conteúdo jornalístico, surgidos no contexto da tecnologia digital, tanto núcleos como Mídia Ninja e Jornalistas Livres, identificados com o midiativismo, quanto propostas de coletivos como The Intercept, Nexo e Agência Pública, vinculados ao Jornalismo Independente, estão entre essas alternativas, ainda que, mesmo alterando a forma de trabalho das redações analógicas, estejam subordinadas às lógicas das plataformas digitais de distribuição e controle da informação (ANDRADE e PEREIRA, 2020; BENTES, 2018).

Esses novos modelos, reconhecidos para a EPC como mediações surgidas com o desenvolvimento das tecnologias (BOLAÑO, 2016a) apresentam perspectivas para a forma de contornar ou superar o uso capitalista das redes de informação para uma configuração de domínio público. Wolton (2010) já falou da necessidade de uma legislação internacional, mas é Harvey (2013) quem vem apontando provavelmente esses caminhos de forma mais clara. Ou como as contradições que nos parecem brechas realmente podem tomar as bases de um abalo mais amplo.

A consolidação da Internet como rede global, nas proporções em que se deu, é a consolidação desse novo sistema de legitimação, adequado à nova estrutura do capitalismo e sustentado por um novo mecanismo de mediação, cuja relação com a velha Indústria Cultural é um grande desafio de ordem epistemológica que se apresenta para o conjunto do campo da Comunicação hoje. (BOLAÑO, 2016a, p.26)

Martín-Barbero (1997), ao falar da incorporação das mediações da cultura popular como novos campos a serem considerados essenciais para a compreensão das Indústrias Culturais, de alguma forma relaciona a inclusão das manifestações orgânicas populares em uma nova legitimidade do conceito de cultura, eivada por contradições próprias dos conflitos que a teoria marxiana aponta para o fenômeno da subsunção do trabalho intelectual. Avaliar as apropriações e a extração de valor feitas a partir do processo que subsume a cultura à lógica do capital, portanto, inclui no novo modelo de negócio a precarização do trabalho jornalístico, e significa compreender os horizontes para a recomposição do sistema de forças no processo produtivo da Comunicação.

2. Digitalização, rotinas produtivas e a questão do trabalho

Uma das questões relevantes para a discussão do Jornalismo, na ótica da Economia Política da Comunicação, é a distância que os debates que utilizam o conceitual das rotinas produtivas (TUCHMAN, 1978; WOLF, 1994), ou do jornalismo como teoria do conhecimento (GENRO, 1987; MEDITSCH, 1998) guardam da noção de trabalho na perspectiva marxiana. A abordagem funcionalista dos estudos de *newsmakig* relaciona “a lógica dos processos pelos quais a comunicação de massa é produzida e o tipo de organização do trabalho dentro do qual se efetua a construção das mensagens (WOLF, 1994, p.161). Importam, nesta corrente de análise, bastante amparada na observação participante como técnica de pesquisa, os processos de hierarquização e da divisão do trabalho nas redações como determinantes para os critérios de noticiabilidade (TRAQUINA, 2005), em um entendimento sociológico da construção da realidade pela linguagem (ALSINA, 2009). Entretanto, também para autores afeitos ao *newsmaking* (CASTILHOS, 2019), as transformações do paradigma da Informação na Digitalização impuseram mudanças essenciais às rotinas produtivas no Jornalismo.

(...) o surgimento de novas funções dentro do processo de produção digital de informações está provocando uma redefinição radical do que entendemos por jornalismo, na medida que a atividade já não se limita mais à produção de notícias e reportagens. (...) As tecnologias digitais criaram o jornalismo de dados, em que o conhecimento de softwares é mais importante do que a técnica da pirâmide invertida na produção de uma notícia. As ferramentas de design passaram a ser fundamentais no desenvolvimento de uma narrativa jornalística multimídia e a preocupação com a governança e com a sustentabilidade financeira tornou-se um componente obrigatório na busca da sobrevivência de iniciativas noticiosas online. (CASTILHOS, 2019, *online*)

O entendimento desses fenômenos passa pela configuração do trabalho jornalístico em perspectivas de rompimento com algumas questões fundantes da mercadoria informação como matéria-prima das Indústrias Culturais digitais. Em uma primeira análise, as dimensões da Plasticidade, do Armazenamento e da Interatividade (RAMONET, 2012; VALENTE, 2019), ajudam a situar modificações fundamentais, especialmente na relação com os modelos anteriormente aplicados aos canais analógicos de produção e distribuição de conteúdos. A Plasticidade refere-se à substituição do suporte físico pelo imaterial, que atende à evolução tecnológica do capitalismo, ao possibilitar a circulação da Informação em um modelo comercial de menor custo e maior maleabilidade. Todos os formatos e conteúdos anteriormente associados a suportes dos canais de radiodifusão ou às publicações em papel, passam a ser integrados no suporte digital, o que torna a adaptação da Informação a produtos comerciais mais simples, uma mudança vantajosa financeiramente e acelerada no sentido de amplificação da distribuição.

As alterações nas rotinas produtivas das redações e na característica do trabalho dos jornalistas, antes atuantes de forma diversificada de acordo com o meio e o formato de conteúdo, passam a definir atravessamentos e uma dimensão de polivalência que favorecem a precarização do trabalho e a hegemonia das grandes redes de telecomunicações e dos administradores de provedores e plataformas no controle do fluxo de Informação. A perspectiva de compressão e condensação de uma quantidade imensa de conteúdos antes confinados em bibliotecas de suporte audiovisual, sonoro, ou mesmo em papel, é o que define a dimensão do Armazenamento, característica que inova de forma fundamental no aspecto da Digitalização, avançando para o fenômeno da reprodutibilidade. Os serviços de streaming, que passam a negociar o conteúdo disponível na internet, demonstram como uma dimensão que poderia favorecer a circulação democrá-

tica e inclusiva do patrimônio cultural, pode também apresentar as limitações de acesso e reprodução, dadas pela mercantilização das plataformas digitais.

As plataformas seriam um novo modelo de negócio marcado pela exploração dessa massa de dados gerada cuja escala tanto de coleta quanto de serviços ofertados só é possível em razão da base tecnológica das redes e dos aparelhos conectados. Mais do que apenas as faces mais visíveis, como redes sociais digitais ou comércio eletrônico, plataformas se caracterizam como um elemento catalisador da transformação digital operada em diversas indústrias. (VALENTE, 2019, p. 168)

A ampliação da circulação de notícias falsas, dado o amplo acesso aos canais de produção e distribuição de conteúdo, as demissões em massa e a precarização do trabalho nas grandes redações, são alguns dos sintomas associados a essas transformações, assim como a capitalização da produção de conteúdo independente pelas plataformas digitais e provedores de aplicativos.

A produção de conteúdo passa a ser necessariamente condicionada à adaptação dos formatos oferecidos pelas plataformas de distribuição de Informação: esse condicionamento gera alterações tanto no aspecto conceitual, do que se constituiu em um texto viável de acordo com a característica do veículo de Comunicação (ou com a plataforma, no digital), quanto no aspecto de alcance, visto que os controles pelos algoritmos é que definem a capacidade de repercussão. A coleta massiva, o processamento inteligente e uso de dados para antecipar produtos e serviços, são certamente valores agregados das indústrias desta "nova economia digital", caracterizada de modo central pelo sistema do "capitalismo de plataforma", conceito de Srineck (2016) comumente referido a uma série de discussões acerca da Digitalização, especialmente relativas às mudanças no mundo do trabalho.

A característica da Interatividade, ampliada de forma radical no ambiente digital, marca uma transformação do circuito clássico da transmissão de mensagens na Indústria Cultural, característico também dos meios de comunicação de massa, de um sistema essencialmente linear para um sistema não linear, onde as faculdades e habilidades associadas aos produtores e consumidores de conteúdo já se encontram dispersas.

Uma lógica nova instala-se – não desprovida de riscos – diferente daquela da produção fordista da era industrial. Naquela época, mesmo que vários “operários especializados” pudessem contribuir na fabricação de um produto, este,

no final, era entregue completo, acabado, fechado, e correspondia ponto por ponto ao projeto inicial. Esse não é mais o caso. A lógica da informação online é lançar uma informação em estado bruto (ou às vezes, até aproximativo) e, depois, corrigi-la, modificá-la ou enriquecê-la incessantemente, a cada hora, a cada instante... A informação torna-se mais work in progress, uma matéria que se desenvolve, uma espécie de conversação, um processo dinâmico de procura da verdade, mais que um produto finalizado. (RAMONET, 2012, p.17)

No Brasil, no campo das mediações pelo Jornalismo, ampliam-se as iniciativas de repercussão pública, como os coletivos Mídia Ninja e Jornalistas Livres, e os grupos de Jornalismo Independente como The Intercept, Nexo, Ponte, Matinal, Marco Zero e Agência Pública. O projeto Voz das Comunidades, coletivo de formação de comunicadores populares no Complexo do Alemão, que iniciou suas atividades com cobertura das ações das UPPs nas favelas do Rio, e a Rede Xingu Mais, que se estruturou ainda nos anos 1990, e hoje procura consolidar conteúdos multimídia que reverberem as lutas indígenas e de defesa da Amazônia, a partir da visão e interpretação dos povos originários sobre a construção das notícias. Em relação à abordagem contra-hegemônica dos núcleos identificados com o midiativismo é importante observar que são “organizações civis brasileiras que entendem a comunicação não simplesmente como ferramenta, mas como uma das novas formas de organização social” (BENTES, 2018, p.152).

"O capitalismo não quer saber do Jornalismo, o capital sempre vai ser contra o Jornalismo Independente" (DEMORI, 2020, *online*). A afirmação, proferida pelo editor (Ibidem) da série de reportagens investigativas intitulada “Vaza Jato”, no portal The Intercept, está inserida nos debates empreendidos pela EPC sobre a subsunção do Jornalismo como mercadoria da Indústria Cultural. Na medida em que o exercício do Jornalismo não deve estar subordinado a interesses comerciais ou de anunciantes, e sim ao interesse público, estas questões dizem muito sobre a organização clássica do modelo de negócio da comunicação de massa, assentado sobre a propriedade privada e o interesse econômico, ao mesmo tempo que lançam especial atenção aos modelos alternativos de Comunicação Pública. Entretanto, para o Jornalismo Independente, substituir o modelo de negócio industrial analógico pelas plataformas digitais, tem resultado no retrato da precarização e da subsunção ainda mais radical do trabalho intelectual do jornalista à lógica dos algoritmos controlados pelas transnacionais.

A alternativa do autofinanciamento, do investimento da própria audiência no conteúdo que quer promover, ou da taxaço da indústria associada aos equipamentos culturais – exemplo do modelo britânico – não estão desvinculados do controle das plataformas de distribuição, ou sequer do domínio das gigantes transnacionais que determinam e organizam o fluxo de informação na Internet. Nesse sentido, a perspectiva atualmente adotada pelos coletivos de jornalistas como garantia do compromisso com o interesse público, pode condenar o exercício do Jornalismo a uma dimensão periférica da esfera pública, se não for discutida a regulação dos canais de produção e distribuição.

O exame do conceito de Renda (MARX, 1988) apresenta uma leitura capaz de traduzir esse fenômeno associado às transformações nas relações de trabalho e nas características da prática profissional do jornalista, diante do aprimoramento das tecnologias. Com a Digitalização, a suposta “autonomia” do trabalhador em termos de gerenciamento de carga horária e tarefas, configura a extração da mais-valia relativa sob o disfarce de acesso aos meios de produção, visto que todo o produto final do trabalho está submetido à lógica das plataformas e dos algoritmos de distribuição e acesso ao conteúdo. Não teríamos, entretanto, essa mesma subordinação no processo já mecanizado das plantas industriais de jornais, rádio e televisão? Teríamos aí um debate mais amplo se inserirmos a questão do controle público dos meios de comunicação, e mesmo dos veículos de propriedade do Estado e/ou administração pública. Por outro lado, evidentemente, com a mediação pelas tecnologias digitais, temos uma aceleração da substituição de diferentes fases do processo produtivo pelo maquinário dos dispositivos móveis e dos softwares, antes vinculados a funções delimitadas da divisão do trabalho.

Da mesma forma, os proprietários das empresas antes controladoras do processo produtivo nas redações de jornais impressos e canais de radiodifusão, passam a ser subordinados à lógica da mediação pelas tecnologias digitais, cujos proprietários são agentes capitalistas transnacionais capazes de explorar a mais-valia relativa em dimensões globais. O trabalhador passa de uma relação objetiva de remuneração direta por conteúdo produzido para uma remuneração intermediada pelas plataformas, e, neste caso, submetida à necessidade de custeio das próprias estratégias de marketing e publicidade desses mecanismos. Ou seja, ainda que produza, o jornalista pode ter o valor do seu trabalho extraído para o lucro das plataformas, sem que receba objetivamente por isso.

Não somente a força de trabalho como a lógica de circulação são utilizadas pela plataforma para o uso efetivo de suas potencialidades, ampliando a mais-valia relativa obtida pela exploração de seu trabalho, sem que o retorno financeiro pelo valor do que produz esteja assegurado.

Na perspectiva da EPC, Figueiredo (2018) sugeriu as categorias do trabalho manufatureiro e flexível para caracterizar as rotinas produtivas no jornalismo analógico e digital, e aí residem algumas aproximações com o jornalismo pós-industrial, no entendimento de que as bases imateriais passam a ser centrais, assim como a emergência e a desregulamentação do trabalho e da deslegitimação dos códigos profissionais. Em todo o caso, o objetivo de fundo a ambas as teses parece ser a preservação do valor intrínseco do trabalho intelectual como diferencial não possível de ser substituído pela mecanização.

A linha editorial (Breed, 1993), o profissionalismo (Soloski, 1993) e Manuais de Redação foram algumas das formas encontradas para controlar o trabalho desse profissional. Por isso, consideramos adequado chamar o jornalismo feito até a informatização das redações de jornalismo manufatureiro. A partir da entrada de computadores e softwares de edição de texto, tratamento de fotos e diagramação na redação, o jornalismo passa a entrar, em nossa teorização, na era da acumulação flexível. (FIGUEIREDO, 2018, p.93)

Iniciativas como a *Sleeping Giants*, que passa a identificar perfis produtores de notícias falsas para alertar anunciantes e diminuir a receita de grupos que disseminam desinformação, e a própria *Vaza Jato*, pelo *The Intercept*, como uma cobertura de jornalismo investigativo que desafiou a versão dominante na grande imprensa sobre a operação Lava Jato, apresentam perspectivas contra-hegemônicas nativas da era do jornalismo flexível. Para Demori (2020), além do autofinanciamento como modelo viável para a independência dos coletivos de jornalistas, é necessária a diversidade de perfis sócio-culturais entre os profissionais da redação, princípio também alinhado a uma revisão do domínio desse espaço de exercício profissional por um extrato de privilégio de classe (algo que, mesmo de maneira subliminar e estratégica, já é possível identificar na mídia hegemônica). Se este modelo, que tem como princípios independência financeira e diversidade, conseguirá conquistar audiência consistente, para de fato interferir na esfera pública, é algo a ser avaliado.

Por outro lado, na perspectiva do midiativismo, o objetivo principal não está em desvincular-se de quaisquer interesses que interfiram na autonomia do trabalho jornalístico, mas, ao contrário disso, assumir bandeiras de defesas de causas que aproximam o caráter dessas iniciativas do perfil de organizações da sociedade civil ativista. Um rompimento ainda mais evidente, pelo menos com a tradição brasileira nos veículos de Comunicação, de não assumir filiação ideológica.

Considerações finais

A possibilidade de inversão da autonomia de construção do discurso de legitimidade para os sujeitos da História, e não para os valores mediados pelos jornalistas, já é material suficiente para um debate sobre a deontologia profissional e o uso das plataformas digitais para o ativismo social (CASTILHOS, 2019; RAMONET, 2012). Que consequências, que recursos ou potencial podem apresentar essas iniciativas, frente aos limites impostos pelo próprio código da rede, ou pelo sistema de controle e vigilância, talvez sejam respostas possíveis a partir dessa articulação entre o saber científico e os saberes populares.

Aparentemente, estamos atravessando um fenômeno que poderia, portanto, indicar uma popularização e diversificação do acesso aos meios de produção na mídia, mas até agora permanece servindo à reprodução dos interesses econômicos e políticos hegemônicos, tanto do ponto de vista simbólico, quanto comercial, ainda que esta perspectiva possa ser relativizada, a exemplo do que propõe Bentes (2018), em torno do que seria uma nova ecologia midiática, que “reivindica políticas públicas, apoio e financiamento para mídias livres” (Ibidem, p.152).

O atual momento de crise global devido à pandemia pela Covid-19 apresenta um contexto digno de atenção, com relação aos impactos e possibilidades da Digitalização. A profunda desigualdade social no acesso à internet parece não somente um dos principais problemas de fundo da reconfiguração do capitalismo global, mas talvez uma perspectiva para a lógica antipcapitalista. Por outro lado, as condições de trabalho determinadas pela mediação das plataformas, exigem dos operadores do Direito uma série de re-

flexões necessárias à interpretação de legislações a cada momento mais flexíveis e desfavoráveis aos trabalhadores.

A radicalização do envolvimento das transnacionais nas telecomunicações, e as questões de propriedade e controle das plataformas digitais constituem parte dessas contradições da exploração da indústria cultural pelo capital. Em algumas das principais discussões a partir da pandemia, da necessidade de isolamento social e de acesso às tecnologias como política pública, essas contradições voltam a emergir com uma força de urgência. O controle do processo produtivo, do acesso às plataformas e da circulação de conteúdos poderá continuar sendo de propriedade prioritariamente privada? Poderá continuar respondendo à lógica do interesse financeiro? Qual Estado pode enfrentar essas contradições?

A superação do sistema que sustenta a rede hoje, a partir da lógica do capitalismo e do neoliberalismo, passa pela agudização das suas próprias contradições. Ao mesmo tempo, ainda que o mercado de controle e vigilância social da rede instaure uma aparência de liberdade, conforme aponta Bolaño (2016b), mais uma vez, as contradições que podem conduzir à sua própria reconfiguração não estão fora do que nos apontaram os ideólogos da "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999; JENKINS, 2008), ou dos contra-poderes e contra-hegemonias (RAMONET, 2012).

O fato é que pautas de representatividade e das lutas identitárias tomam gradativamente espaços importantes no debate público, obrigando atitudes, mesmo que periféricas, indicativas de alguns avanços também nos veículos ainda representantes da grande imprensa. Na perspectiva gramsciana, trata-se de uma disputa insistente. Que espaços e que condições de circulação terão nessas plataformas os conteúdos e modelos que trabalham a crítica à subsunção das Indústrias Culturais é provavelmente uma das principais incógnitas. E, por outro lado, que autonomia e que legislação podem ser construídas pelos Estados e sociedades civis interessados em garantir bases mais democráticas e inclusivas da produção e distribuição de conteúdo digital, é outra.

Referências

ANDRADE, Samaria; PEREIRA, Fabio. A mídia alternativa dos coletivos de comunicação: uma proposta de filiação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**. v. 22 n. 2 (2020): Revista Eptic v. 22, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/12009>

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Trad. de Jacob Pierce. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

BENTES, Ivana. Economia narrativa: do midiativismo aos influenciadores digitais. In: BRAIGHI, Antonio Augusto; LESSA, Claudio; CÂMARA, Marco Tulio (Orgs.) **Interfaces do Midiativismo – do conceito à prática**. 2018. Ebook. Disponível na internet em: <<https://interfacedomidiativismo.wordpress.com/2017/12/07/download-do-e-book/>> p.151-169

BOLAÑO, C. R. S. Capitalismo global e crítica da Comunicação: por uma nova teoria da mediação social. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, p. 19-32, 2016.

BOLAÑO, C. R. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 11, p. 53-78, 2002. Disponível em <https://eptic.com.br/texto-sobre-trabalho-e-comunicacao-de-cesar-bolano-esta-disponivel-na-biblioteca-eptic/>

BOLAÑO, César. Organização em rede, capital e a regulação mercantil do elo social. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 6-16, maio 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3711/3131>

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.

BRITTOS, Valério. A televisão no Brasil hoje: a fase da multiplicidade da oferta. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998, Recife (PE). **Anais do Congresso Intercom 1998**. Recife: Intercom/ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHOS, Carlos. O futuro do Jornalismo está do lado de fora das redações. **Observatório da Imprensa**. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/dilemas-da-imprensa/o-futuro-do-jornalismo-esta-no-lado-de-fora-das-redacoes/> Acesso em 08 ago.2020

DEMORI, Leandro. Jornalismo Independente: o modelo do The Intercept. In: COSTA, Cristiane; DEMORI, Leandro; KICHINHEVSKY, Marcelo; PREVEDELLO, Carine. Jornalismo Independente e Comunicação Pública. **Festival do Conhecimento da UFRJ**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H2Zk-lB9AmI&t=6s>

FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. 2019. **Revista Eletrônica**

Internacional de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Disponível em: v. 21 n. 1 (2019): Revista Eptic vol.21, n.1, jan-abr. 2019

FIGUEIREDO, Carlos. Para além do empreendedorismo e da precarização: apropriação das tecnologias por jornalistas para a produção de um jornalismo emancipatório. **Líbero**. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: 2018. file:///C:/Users/carin/Downloads/946-2413-1-PB.pdf

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HARVEY, David – **OS limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxib2RIZ2FkYWdlb2dyYWZpYXxneDoxNWZjMjUwOWM0OTIxNmQ5>.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**. Trad. De Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital** - Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Centauro, 2004.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969. Tradução de Decio Pignatari.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. V.XXI, n.1, p.25-38, jan/jun 1998. São Paulo: Intercom, 1998.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. John Wiley & Sons, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **Making News**. A Study in the Construction of Reality. New York: Free Press, 1978.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **Tecnologia, Informação e poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UNB). Brasília: UNB, 2019.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado. Porto Alegre: Sulina, 2010.